



PCMG prende suspeita de gerar prejuízos milionários a investidores

Uma dezena de vítimas e estimativa de quase R\$ 4 milhões em prejuízos. Esse é o levantamento até então obtido nas investigações da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) acerca de um clube de investimentos irregular. A suspeita de operar o esquema, uma mulher de 37 anos, foi presa nessa segunda-feira (24/3).

Segundo apurado pela 2ª Delegacia Especializada em Investigação de Fraudes, a suspeita teria ganhado a confiança de investidores por já ter experiência profissional na área de investimentos – inclusive com captação de clientes mediante indicação de outras pessoas que a conheciam –, oferecendo lucros acima das taxas praticadas comumente no mercado.

Como explica o delegado Rafael Alexandre de Faria, a investigada é cadastrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como assessora de investimentos, mas o clube de investimentos criado por ela não possuía número de registro na entidade, portanto, conforme as normas vigentes, sem autorização para operação.

As investigações foram iniciadas em maio de 2024, a partir dos relatos de vítimas – 11 identificadas – sobre o não recebimento de aportes de valores investidos. Os levantamentos apontam que as transferências pagas a título de investimento eram realizadas para contas pessoais da investigada.

“Ocorre que ela recebeu esses valores, parou repentinamente de repassar qualquer valor para os supostos investidores, deletou as redes sociais e desativou o endereço físico onde ela se identificava como assessora de investimentos, e as pessoas ficaram sem ter conhecimento de nada do que estava acontecendo”, conta o delegado.

Esquema

Faria adianta que as investigações acerca do esquema indicam possível prática de pirâmide financeira – modalidade de fraude em que os retornos financeiros a antigos clientes são custeados a partir dos aportes realizados pelos novos investidores, culminando no colapso da pirâmide.

Os levantamentos indicam, ainda, o envolvimento de familiares da suspeita em ocultação e dissimulação de valores obtidos de forma ilícita, além das vultosas transferências para contas de titularidade da investigada.

Conforme apontam as investigações até o momento, a investigada teria movimentado, entre junho de 2022 e abril de 2024, mais de R\$ 12 milhões em transações suspeitas. Considerando as vítimas já identificadas, no total, o rombo ultrapassa R\$ 3,867 milhões. “Ainda há diligências em andamento para se quantificar por completo o tamanho do prejuízo financeiro”, adianta o delegado.

Medidas cautelares

Como desdobramento das investigações, a Polícia Civil representou à Justiça por medidas cautelares, com decretação de prisão preventiva da investigada, efetuada ontem (24/3), mandado de busca e apreensão, cumprido no última quinta-feira (20/3), quebra de sigilo bancário da investigada e de familiares que estariam auxiliando na lavagem do dinheiro, além do sequestro/bloqueio judicial superior a R\$ 3,8 milhões das contas bancárias dos envolvidos.

Acompanhada de advogado, em declarações à polícia, a investigada negou a prática de crime. “Ela sustentou que todos os valores que recebeu foram perdidos em investimentos denominados ‘Day Trade’ [operação de curto prazo feita na bolsa de valores, com início e encerramento no mesmo dia]”, finaliza o delegado Rafael Faria.

As investigações prosseguem para a completa apuração dos fatos. A PCMG orienta que, havendo outras eventuais vítimas, entrem em contato com o Departamento Estadual de Combate à Corrupção e a Fraudes (Avenida Francisco Sales, 780, Santa Efigênia, Belo Horizonte).